

EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA

IN SEARCH OF A LATIN AMERICA IDENTITY

Fernanda Filgueiras^(*)

Resumo: Com as guerras de independência, a América Latina conquistou sua autonomia política; no entanto, os nacionalismos nascentes não conseguiram alcançar a independência econômica e cultural. José Martí (1853-1895), mártir da independência de Cuba, é uma das figuras mais expressivas no contexto da literatura latino-americana, do século XIX, justamente por ser um dos primeiros intelectuais a perceber a necessidade de aproximar o fragmentado bloco latino-americano. O presente trabalho se propõe a examinar de que forma se dá essa busca identitária no discurso martiano, com destaque para o ensaio *Nuestra América* (1891), uma vez que utiliza a literatura como ferramenta de desenvolvimento de uma nova consciência, de resistência e reafirmação das culturas locais.

Palavras-chave: Identidade. Literatura. América Latina. José Martí.

Abstract: With the Independence wars, Latin America conquered your political autonomy, however, the growing nationalisms did not to achieve the economy and cultural independence. José Martí (1853-1895), independence martyr of Cuba, is one of the expressive character in the context of Latin America literature of twenty century, mainly because he is one of the intellectuals to realize the necessity of approaching the Latin America bloc fragmented. The present research propose to examine how this identity happens into the martiano's speech, highlighting the thesis *Nuestra América* (1891), once that it uses the literature as an instrument to development a new conscience, of resistance and reaffirmation of local cultures.

Key-words: Identity. Literature. Latin America. José Martí.

(*) Historiadora e Mestranda no Programa de Integração da América Latina (PROLAM-USP). Pesquisadora do IAMÁ-USP. E-mail: <fernandafilgueiras@usp.br>. Este artigo é resultado parcial da pesquisa de mestrado em andamento. Recebido em 17.02.2013 e aceito em 08.05.2013.

1. INTRODUÇÃO

A questão da identidade, na América Latina, de acordo com Aníbal Quijano (2005), é um projeto histórico aberto e heterogêneo, pelo fato de muitos passados estarem envolvidos nesse processo e também terem se criado novas identidades sociais como índios, negros e mestiços, por conta da expansão do colonialismo europeu.

Com isso, foram se formando o que Quijano (2005) chama de “relações intersubjetivas”, ou culturais, entre dominantes e dominados, porém, marcadas pela resistência. Assim, a “latinoamericanidad” nasce em um terreno conflituoso entre o europeu e o não europeu. Nesse contexto, por um lado, desenvolveram-se novos processos identitários e, por outro, permaneceram núcleos de identidades históricas muito antigas e complexas.

É pertinente assinalar, contra todo esse pano de fundo histórico e atual, que a questão da identidade na América Latina é, mais do que nunca, um projeto histórico, aberto e heterogêneo, não só, e talvez não tanto, uma lealdade com a memória e com o passado. Porque essa história permitiu ver que na verdade são muitas memórias e muitos passados, sem ainda um caminho comum e compartilhado. (QUIJANO, 2005, p. 27)

Não podemos perder de vista que, mesmo depois de haver conquistado autonomia política, a partir das guerras pela independência, herdou-se a dependência econômica. Nesse sentido, Túlio Halperin Donghi (2005) observa que toda América Latina teve dificuldade para encontrar um equilíbrio interno, capaz de absorver as consequências das alterações que a independência trouxe consigo.

Segundo Celso Furtado (1978), as nações surgidas nas terras de colonização ibérica das Américas procuravam realçar o traço individual de cada uma, num esforço de definição das próprias personalidades nacionais e não se preocupavam pelo que existia de semelhante entre elas, apesar de terem uma história e uma língua comum. Para Furtado (1978), foram os problemas surgidos a partir da crise de 1929 que abriram o caminho à formação da atual consciência latino-americana, por conta das dificuldades de abastecimento de produtos tradicionalmente importados.

Entendemos que a identidade, enquanto processo histórico-social, envolve o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, em um processo resultante da experiência coletiva, em que está presente também a diferenciação do outro. Desse modo, a identidade não é um processo natural, ou seja, ela se concretiza na prática das relações sociais e necessita de elementos que aproximará as pessoas formando grupos identitários, e ao mesmo tempo os diferenciando de outros.

Portanto, é necessária uma consciência social, atrelada a um conjunto de traços culturais que, fortalecidos nas suas práticas cotidianas, configurarão tal identidade. Assim, “do ponto de vista da disciplina histórica, importa assinalar que as identidades não são aqui entendidas como essências ou entidades imutáveis, mas como processos incessantes de construção/reconstrução dos imaginários sociais” (BEIRED; BARBOSA, 2010, p. 8).

Nessa perspectiva, muitos literatos da América Latina preocuparam-se com a configuração identitária e histórica do “novo mundo” partindo, por um lado, de uma visão

mais política e principalmente de compromisso social e, por outro, do pensamento mítico e simbólico inerente à América (PEREIRA, 2007). Com a formação das nações independentes e com o fim dos impérios português e espanhol na América Latina, a circulação de escritores, intelectuais e artistas entre os novos países se desenvolveu especialmente na América de língua espanhola. Cresceu também a presença de intelectuais e artistas, e aí inclusive brasileiros, na Europa, especialmente em Paris (AGUIAR, 2006). Neste ponto:

[...] vários escritores mesclaram, produtivamente, discurso histórico e poético em suas obras, aceitando a difícil missão de “reescrever” a história segundo uma visão mais próxima, isto é, de dentro das veias de seu próprio continente, em oposição àquela visão etnocêntrica e eurocêntrica a partir da qual o Novo Mundo foi “criado” nos séculos XV e XVI. (PEREIRA, 2007, p. 7)

Logo, a América Latina busca deixar de ser o “projeto da consciência alheia” para se tornar, ainda que com toda a dificuldade, um “projeto da consciência própria dos latino-americanos” (PEREIRA, 2007, p. 23). De qualquer maneira, a literatura teve um papel efetivo na constituição de uma consciência nacional e, assim, na construção das próprias nações latino-americanas, uma vez que muitos escritores estiveram engajados nas questões sociais e políticas.

José Martí (1853-1895), mártir da independência de Cuba, é umas das figuras mais expressivas no contexto da literatura latino-americana do século XIX, justamente por ser um dos primeiros intelectuais a perceber a necessidade de aproximar o fragmentado bloco latino-americano. O presente trabalho se propõe a examinar de que forma se dá essa busca identitária no discurso martiano, com destaque para o ensaio *Nuestra América* (1891), uma vez que utiliza a literatura como ferramenta de desenvolvimento de uma nova consciência, de resistência e reafirmação das culturas locais.

2. NOSSA AMÉRICA

O pensamento de José Martí não pode ser visto separadamente de sua militância política. O objetivo de promover a independência de Cuba e, por meio dela, deter o avanço do imperialismo norte-americano é o que vai delinear, definitivamente, a dimensão de seu pensamento de uma maneira mais ampla. O ápice desse pensamento é expresso no ensaio *Nuestra América* publicado na *Revista Ilustrada* de Nova York em 10 de janeiro de 1891 e no jornal mexicano *El Partido Liberal*, em 30 de janeiro do mesmo ano. A busca identitária nessa obra se pauta em dois pontos chaves: consciência e autoctonia. Martí percebe que só se construiria uma nova América a partir de uma tomada de consciência da condição social do continente. Essa consciência seria a arma adequada e eficaz para promover, inicialmente, a independência de Cuba e a partir dela uma segunda independência da América Latina.

Para tanto, seria necessário criar uma cultura própria que atendesse aos próprios problemas e, não mais, importar “soluções” externas, ou seja, pensar em um modo de vida alternativo, embasado em uma consciência anticolonial, fomentando a valorização das culturas locais perante o desprezo do olhar estrangeiro. Desse modo, reescrever a

própria história ante a memória oficial possibilitaria, na visão de Martí, uma integração, não no sentido de federalismo do continente e sim da “alma continental” que resultaria na superação dos problemas herdados dos séculos de exploração colonial.

3. “TRINCHEIRAS DE IDEIAS”: POR UMA CONSCIÊNCIA PRÓPRIA

No ensaio *Nuestra América*, Martí deixa clara a necessidade de iniciar um processo de integração da América Latina. No entanto, para que houvesse essa unidade, era preciso utilizar as armas adequadas, isto é, “las armas del juicio”. Tais armas, na visão de Martí, seriam capazes de vencer as demais, uma vez que formariam “trincheras de ideas” mais eficazes a “trincheras de piedra”.

No entanto, como construir um conhecimento capaz de erguer uma trincheira de ideias? Martí entendia que tais armas seriam adquiridas por meio de uma tomada de consciência da realidade em que se vivia. Essa consciência seria construída e amadurecida, pelo conhecimento obtido a partir de nossa realidade concreta e de nosso posicionamento engajado na causa de defesa da “mãe América”. Por sua vez, resultaria em um sentimento de pertencimento, isto é, uma identidade sociocultural. E essa identificação seria o elo que integraria nosso fragmentado continente e conseqüentemente daria condições de promover o desenvolvimento interno e fortalecer nossa independência, diante dos perigos externos.

Desse modo, seria importante recorrermos às nossas memórias, pois estas seriam nossas referências para, no presente, reverter os males provocados pelo passado colonial e reconstruir nossa história a fim de não perpetuarmos tais problemas. “La historia de América, de los incas acá, ha de enseñarse al dedillo, aunque no se enseñe la de los arcontes de Grecia. Nuestra Grecia es preferible a la Grecia que no es nuestra. Nos es más necesaria”, destacava com convicção.

Talvez soe como utópicas essas proposições martianas, mas o fato é que contribuem para levantar esperanças, aliadas a ações práticas, para reverter tal quadro enfrentado até então e, a partir daí, construir um novo futuro. Portanto, nossas memórias seriam a bússola, ou seja, o ponto de referência para nos reconhecermos e projetarmos nosso futuro ainda em nosso presente. “Resolver el problema después de conocer sus elementos, es más fácil que resolver el problema sin conocerlos. [...] Conocer es resolver” (MARTÍ, 1891). E esse conhecimento crítico se tornaria a arma eficaz para pensarmos por nós mesmos, e, dessa forma “No hay proa que taje una nube de ideas. Una idea enérgica, flameada a tiempo ante el mundo, para, como la bandera mística del juicio final, a un escuadrón de acorazados” (MARTÍ, 1891).

Logo, a materialização de uma identidade latino-americana, para Martí, se tratava de um processo longo que não necessariamente implicasse na união entre os Estados. Assim, evitava o ideal bolivariano que desconhecia, naquele momento, as singularidades locais, uma vez que, “El problema de la independencia no era el cambio de formas, sino el cambio de espíritu” (MARTÍ, 1891).

Por isso, logo no início do Ensaio, Martí alerta para a importância de que “Estos tiempos no son para acostarse con el pañuelo en la cabeza, sino con las armas en la almohada [...]” (MARTÍ, 1891). Temia, justamente, que, se não fizéssemos uso das “armas del

juicio” certamente outros a usariam contra nós. Era urgente uma tomada de consciência coletiva ante essa problemática com o objetivo de superá-la. “Es la hora del recuento, y de la marcha unida, y hemos de andar en cuadro apretado, como la plata en las raíces de los Andes” (MARTÍ, 1891). Assim, acreditava que para se alcançar autonomia econômica, e cultural, era preciso integrar a fragmentada América Latina, pois só dessa forma seria possível romper os vínculos de dominação e dependência com os países de alto desenvolvimento industrial capitalista.

Para tanto, Martí utiliza suas narrativas, literárias e jornalísticas, como ferramenta de desenvolvimento dessa nova consciência, de resistência e reafirmação das culturas locais. É importante salientarmos que Martí⁽¹⁾ nasce em um contexto de insatisfação e luta pela independência de Cuba⁽²⁾. Nesse contexto, a ilha⁽³⁾ era a única colônia espanhola que não havia, até então, alcançado sua independência. Logo, é envolvido, desde criança, pelas ideias independentistas que se propagavam pelas ruas, na medida em que “a ideia de separar Cuba da Espanha ia se desenvolvendo, com suas irreconciliáveis diferenças e com seus grandes mortos ao mediar o século XIX” (RETAMAR, 1983, p. 14).

Em nossa visão, suas narrativas não se trata de uma utopia ou um idealismo vazio, e sim um pensamento pautado na realidade, pois apresenta propostas concretas de afirmação e consolidação da dignidade dos latino-americanos. Entretanto, é preciso compreender que seu conceito de identidade é definido como um processo de projeção para o futuro, anticolonial, libertador e de amplitude continental.

Portanto, era indispensável descolonizar a consciência para se atingir o reconhecimento de si e a diferenciação do outro. Esta seria a prerrogativa fundamental para que seu projeto de transformação social e reafirmação cultural pudesse se concretizar. Martí recomendava que nossa América criasse uma nova imagem de si mesma e não mais, simplesmente, introjetasse ideias alheias sem nenhum esforço crítico.

Seu pensamento, em nosso entender, não deve ser considerado como essencialista uma vez que não focava apenas nos aspectos autóctones. Mais que isso, considerava importante assimilar o que houvesse de melhor nas demais culturas, quer seja da Europa ou dos Estados Unidos. Assim, a autoctonia defendida por Martí não era fechada em si mesma, mas

(1) José Julián Martí Pérez nasceu em 28 de janeiro de 1853, filho de espanhóis imigrantes pobres da região de Valência e das Ilhas Canárias.

(2) Segundo Fernando Martínez Heredia (2006): “Cuba é o país mais ocidental da região do Caribe. A área do arquipélago cubano é aproximadamente a soma da extensão de todo o resto do Caribe insular; ocupa uma posição singular diante das Américas, com respeito às comunidades continentais, entre o golfo do México e o mar do Caribe. Domina os estreitos da área e é contígua aos EUA e ao Atlântico norte. Essa situação geográfica tão estratégica sempre foi uma influência notável em sua história.” (2006, p. 342) Habitada há pelo menos 10 mil anos e, quando Cristóvão Colombo atracou na ilha em sua primeira viagem, em 28 de outubro de 1492, lá existia uma população estimada em não menos de 200 mil habitantes, em estágios variados, desde conhecedores da agricultura e da cerâmica até coletores.

(3) De acordo com Heredia (2006), Cuba foi ocupada e colonizada pelos espanhóis, a partir de 1510, servindo de ponto de partida para as expedições que dominaram o atual México e outras regiões entre a Flórida e o norte da América do Sul. Na ilha, foram fundadas vilas e constituído um governo geral e em relações de exploração e opressão foi estabelecida a economia conhecida como *encomienda* que tinha como objetivo a busca por ouro e meios de subsistência. Os serviços forçados somados às doenças trazidas pelos europeus dizimaram a população nativa e “[...] em um período não muito extenso, o que restou dessa população praticamente desapareceu absorvido pela mestiçagem” (HEREDIA, 2006, p. 342). Região preferida pela Espanha graças à sua localização estratégica, Cuba “[...] tornou-se uma das colônias mais modernas e ‘ricas’ do mundo, primeira exportadora mundial de açúcar de cana, muito bem integrada ao capitalismo mundial e na ponta de novas tecnologias” (HEREDIA, 2006, 343).

relacionava-se com aspectos estrangeiros que pudessem ser assimilados e ressignificados em algo próprio e que trouxesse benefício para nossa América. Trata-se de uma visão de mundo ampliada e que considera todas as possibilidades para valorizar o continente.

Ele mesmo assimilou diversos elementos em sua trajetória teórica e bebeu de diversas fontes, incluindo europeias e estadunidenses, que lhe proporcionaram ter uma erudição grandiosa. Desse modo, por sua própria experiência, não via vantagens na ignorância, no entanto, defendia que os povos de nossa América fossem letrados no sentido mais amplo, e que uma massa de iletrados não seria capaz de fazer frente ao imperialismo norte-americano.

Observava, também, a necessidade de investigar nossas raízes para reescrevermos nossa história livre de qualquer pensamento de inferioridade e do desdém do olhar estrangeiro que desconhecia nossas próprias origens e riquezas e, assim, desconsideravam nossas potencialidades enquanto repúblicas “recém-nascidas”. Conhecermos e nos reconhecermos, na visão de Martí, era preciso para nos fortalecer e garantir nossa independência não apenas na esfera política, mas também cultural e econômica. Era preciso valorizar nossas memórias e não nos envergonhar de nossa “Mãe América”. Contudo, para se alcançar um desenvolvimento autônomo, eram indispensáveis propostas práticas a fim de vencer “El tigre de adentro se echa por al hendija, y el tigre de afuera” (MARTÍ, 1891).

4. EM DEFESA DO FAZER LOCAL

A partir de sua vivência nos Estados Unidos, Martí percebe que “o outro” da América Latina deixa de ser a Europa e passa a ser “o gigante do Norte”. Martí entendia que “El desdén del vecino formidable que no la conoce es el peligro mayor de nuestra América”. De tal modo Martí se torna um anti-imperialista, ao compreender, então, o risco que nossa América corria com o “monstro” imperialista que avançava pela América Latina. “Em fins da década de oitenta, o que até então parecia apenas receio de Martí e de uns poucos, quanto aos turvos desígnios norte-americanos em relação à outra América, começa a se tornar realidade visível para todos” (RETAMAR, 1983, p. 21). É neste ponto que:

Nos Estados Unidos, país estrangeiro onde permanece mais tempo, familiariza-se com a “América europeia” como a chamará e, a princípio, sem deixar de reconhecer suas virtudes, logo vê, espantado, que reaparecem nela os vícios que acreditava ter deixado para trás, na Europa (que eram as mazelas do capitalismo desenvolvido) e verifica, assim, a diferença de estrutura e espírito entre as duas Américas. Além do que, e isto é talvez o mais importante, Martí mora nos Estados Unidos justamente no momento em que a nação passa de seu capitalismo pré-monopolista para o capitalismo monopolista e imperialista que a levará, inexoravelmente, a se abalançar sobre o mundo: primeiro sobre a América Latina e o Caribe, e em particular sobre Cuba. (RETAMAR, 1983, p. 18)

A partir daí, sua busca por uma identidade latino-americana ganha força a fim de impedir mais um movimento colonial de imposição e exploração do continente, agora por parte dos Estados Unidos da América. Defender as “trincheiras de ideias” seria uma estratégia para vencer a ideologia da “outra Europa” de pôr em prática a ideologia do

pan-americanismo, que era a integração da América Latina sob sua liderança. Martí tinha consciência de que:

Pero otro peligro corre, acaso, nuestra América, que no le viene de sí, sino de la diferencia de orígenes, métodos e intereses entre los dos factores continentales, y es la hora próxima en que se le acerque, demandando relaciones íntimas, un pueblo emprendedor y pujante que la desconoce y la desdigna. (MARTÍ, 1891)

A economia norte-americana teve um crescimento industrial favorecido pela política protecionista. No entanto, essa mesma política que teria fortalecido o mercado interno elevava os preços das matérias-primas importadas encarecendo seus produtos, resultando nas dificuldades no mercado externo por conta da concorrência europeia. A América Latina seria a solução em termos de mercado consumidor e como fornecedora de matéria-prima a um baixo custo.

Os longos anos de vivência nesse país possibilitaram a Martí entender o objetivo do imperialismo norte-americano de impedir o desenvolvimento de maneira livre e contínua de nossas riquezas limitando nossa capacidade criadora. Dessa vez, o perigo da política imperialista norte-americana se daria de forma sutil e não de forma direta como no colonialismo espanhol. Não mais apenas um domínio territorial, e sim, submeter nossa América tanto no campo econômico, quanto no cultural, ao seu domínio. Daí seu alerta a respeito do desprezo da “outra” América:

El desdén del vecino formidable, que no la conoce, es el peligro mayor de nuestra América; y urge, porque el día de la visita está próximo, que el vecino la conozca, la conozca pronto, para que no la desdeñe. Por el respeto, luego que la conociese, sacaría de ella las manos. (MARTÍ, 1891)

Por isso, era importante ter esse conhecimento para lutar contra o neocolonialismo: “Es la hora del recuento, y de la marcha unida, y hemos de andar en cuadro apretado”, dizia Martí. É importante ressaltar que não pregou o ódio ao povo norte-americano. Ele respeitava muitas personalidades do país, e não via nenhum problema estudar aspectos que considerasse positivos para serem aproveitados adequadamente na América Latina. Em verdade, seu desejo criador, anticolonial, tinha como pano de fundo a valorização das culturas locais.

Temia que as potências estrangeiras se aproveitassem da divisão e da debilidade interna, daí apontava que “Los pueblos que no se conocen han de darse prisa para conocerse, como quienes van a pelear juntos”, por observar que um grande problema estava presente, uma vez que a nacionalidade das recentes repúblicas não representava o autóctone o negro escravizado e o mestiço. Todos esses grupos eram a maioria da população, contudo, a minoria branca, de origem europeia, não pretendia inserir essas populações no projeto nacional.

Isso, também, se deve ao fato de que suas culturas eram desprezadas e inferiorizadas e nenhuma política pública tinha sido, até então, criada com a finalidade de inserir essas pessoas na nova sociedade que se formava. Por isso, apontava como uma das soluções concretas para o continente incentivar o conhecimento dos diversos povos que o compunham a fim de, definitivamente, transformar o sistema opressor que preparava as pessoas apenas

para conviverem dentro de uma estrutura de dominação e dependência. Para tanto, era preciso se ver, se reconhecer e estar engajado nessa causa para não mais se enfrentar “[...] como hermanos celosos, que quieren los dos la misma tierra, o el de casa chica, que le tiene envidia al de casa mejor, [...]” (MARTÍ, 1891).

Além disso, Martí chamava a atenção para o fato de que, mesmo após a independência, a “alma continental” permanecia com ares coloniais. “La colonia continuó viviendo en la república [...]” (MARTÍ, 1891). Considerava que houve uma independência política, mas o “espírito” continuava aprisionado; dessa forma, era necessário superar o espírito colonial ainda existente nas novas repúblicas independentes para se alcançar a independência cultural. Reconhecia que “[...] se imita demasiado, y que la salvación está en crear. Crear es la palabra de pase de esta generación” (MARTÍ, 1891). Para ele, era preciso criar uma nova cultura, apropriada à realidade de nossa América, a fim de que pudéssemos alcançar desenvolvimento em todas as esferas sociais.

Havia em Martí certa urgência, visto que uma elite e um governo de mentalidade colonial, mais preocupado em copiar costumes e modelos estrangeiros enquanto que no interior do continente as injustiças sociais submetiam a maioria da população local. Desse modo, nossa América estaria vulnerável aos tentáculos do monstro do norte. Assim, tornava-se urgente desenvolver e defender nossa América, mas era preciso que todos se sentissem pertencente a ela. Isso só seria possível com condições dignas de sobrevivência.

Via, na importação de modelos estrangeiros, o maior problema interno de nossa América e esse entrave se encontrava na insistência de os governantes utilizarem leis importadas de realidades distintas da nossa. Era necessário uma autoavaliação das reais necessidades do continente e a partir desse diagnóstico elaborar um modelo político adequado à essa realidade específica.

A lo que es, allí donde se gobierna, hay que atender para gobernar bien; y el buen gobernante en América no es el que sabe cómo se gobierna el alemán o el francés, sino el que sabe con qué elementos está hecho su país, y cómo puede ir guiándolos en junto, para llegar, por métodos e instituciones nacidas del país mismo, a aquel estado apetecible donde cada hombre se conoce y ejerce, y disfrutan todos de la abundancia que la Naturaleza puso para todos en el pueblo que fecundan con su trabajo y defienden con sus vidas. El gobierno ha de nacer del país. El espíritu del gobierno ha de ser el del país. La forma de gobierno ha de avenirse a la constitución propia del país. El gobierno no es más que el equilibrio de los elementos naturales del país. (MARTÍ, 1891)

Enxergava nisso tudo um problema ainda maior: a América Latina como um todo corria sérios perigos ao negar suas origens, uma vez que perdendo-se a memória perde-se junto a identidade e, dessa maneira, fica-se vulnerável aos ataques do “monstro do norte”. Portanto, quanto maior fosse a identificação continental maior seria a integração e menor a dependência. Sendo assim:

[...] el deber urgente de nuestra América es enseñarse como es, una en alma e intento, vencedora veloz de un pasado sofocante, manchada sólo con sangre de abono que arranca a las manos la pelea con las ruinas, y la de las venas que nos dejaron picadas nuestros dueños. (MARTÍ, 1891)

Indica algumas das situações socioeconômicas e entende que o problema não é a incapacidade dos latino-americanos e sim a uma política dirigida por uma classe autocrática oligárquica que governava em seu próprio benefício deixando de lado o restante da população.

La incapacidad no está en el país naciente, que pide formas que se le acomoden y grandeza útil, sino en los que quieren regir pueblos originales, de composición singular y violenta, con leyes heredadas de cuatro siglos de práctica libre en los Estados Unidos, de diecinueve siglos de monarquía en Francia. (MARTÍ, 1891)

Para Martí, as transformações socioeconômicas teriam de se dar em dois eixos principais: a superação do atraso econômico e a eliminação das desigualdades sociais. Por isso, criticava o funcionamento da política liberal na América Latina, pois com esse sistema político seria difícil extinguir com os traços coloniais deixados em nossa sociedade, o que conseqüentemente criaria novas formas de dominação. O liberalismo era um modelo econômico que contribuía para manter as condições de desigualdade social, porque contribuía para criar e manter relações econômicas que beneficiariam países estrangeiros.

Defendia, também, um novo sistema educacional que deveria iniciar na escola primária e seguir até a universidade, no sentido de construir um saber crítico, no qual, “Los pueblos han de vivir criticándose, porque la crítica es la salud; pero con un solo pecho y una sola mente” (MARTÍ, 1891). O importante, na visão de Martí, era criar, ser original ainda que essa originalidade contivesse elementos estrangeiros. Esse não seria o problema, desde que assimilados, de forma crítica, e adaptados de acordo a realidade local. O que não deveria acontecer era uma cópia desses elementos sem nenhuma criticidade. Em verdade nossa criatividade deveria superar a imitação.

Em sua percepção, era preciso criar leis próprias que estivessem de acordo com a especificidade do continente para organizar os novos Estados, considerando suas características culturais. Para ele o governo deveria organizar a sociedade a partir de seus elementos próprios e não mais por modelos importados. “[...] el lujo venenoso, enemigo de la libertad, pudre al hombre liviano y abre la puerta al extranjero” (MARTÍ, 1891), ou seja, teríamos de buscar estratégias próprias de desenvolvimento local. Para isso, era imprescindível ao governante conhecer o seu país para governá-lo bem, onde todos pudessem gozar de liberdade. “Conocer el país, y gobernarlo conforme al conocimiento es el único modo de librarlo de tiranías”. Tal liberdade deveria ser primeiramente alcançada pela libertação das ideias e conseqüentemente “[...] la libertad, para ser viable, tiene que ser sincera y plena; que si la república no abre los brazos a todos y adelanta con todos, muere la república” (MARTÍ, 1891).

Portanto, insiste em uma busca identitária que envolvia o desafio de nos conhecermos, para entendermos nossa realidade e, a partir daí, discernirmos os problemas e visualizar soluções adequadas. Por isso, aponta para a fragmentação e conseqüentemente a ausência de identidade: “Éramos una visión, con el pecho de atleta, las manos de petimetre y la frente de niño. Éramos una máscara, con los calzones de Inglaterra, el chaleco parisiense, el chaquetón de Norteamérica y la montera de España” (MARTÍ, 1891).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina vem de um longo processo histórico marcado pela exploração colonial, governos autoritários e recorrente corrupção, além da dependência externa. No entanto, a solução dos problemas de um grupo social, em nível nacional ou continental, não se reduz apenas aos aspectos econômicos ou políticos. Pelas relações culturais, as pessoas se definem pertencentes ou não a um grupo. Assim, a literatura pode ser uma ferramenta de comunicação e de desenvolvimento de uma identidade de um povo que compartilha a mesma memória histórica.

José Martí por meio de suas experiências, empíricas e teóricas, desenvolve uma consciência social compromissada politicamente não apenas em relação ao seu país de origem, Cuba, mas também ampliando essa percepção com o objetivo de construir uma unidade continental, a fim de fortalecer *Nossa América* ante os perigos externos. Nesse sentido, pretendia “fundar” uma nova América Latina enfrentando o atraso socioeconômico provocado por três séculos de colonização.

Ao seu modo, contribuiu no que diz respeito a um fazer próprio, com nova vertente autóctone, não copiativa partindo, por um lado, de uma visão mais política e principalmente de compromisso social, ou seja, não mais para agradar europeus, como também não mais colonizada, mas orgulhosa do seu fazer local. Nessa perspectiva, saber quem somos, reconhecendo nossos traços comuns sem ignorarmos as singularidades, considerando que identidade, resistência e dependência cultural, são termos inter-relacionados. Desse modo, Martí sabia que quanto maior fosse a integração latino-americana, menor seria a dependência, quer seja cultural ou econômica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Flavio Wolf de. Literatura. In: SADER, Emir *et al.* *Latinoamericana*: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BEIRED, José Luis Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (Orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- DONGHI, Túlio Halperin. *A História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- HEREDIA, Fernando Martínez. Cuba. In: SADER, Emir *et al.* *Latinoamericana*: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARTÍ, José. *Nuestra América*. Nova York, 1891. Disponível em: <http://www.analitica.com/bitblo/jmarti/nuestra_america.asp> Acesso em: 02 fev. 2013.
- PEREIRA, Diana Araujo. *A palavra poética: magia e revolução na cartografia latino-americana*. Tese doutoral apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Dossiê América Latina. In: *Revista Estudos Avançados do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP*, São Paulo, vol. 19, n. 55, pp. 9-31, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300002> Acesso em: 20 abr. 2013.
- RETAMAR, Roberto Fernández. Introdução a José Martí. In: *Nossa América — Antologia*. Trad. Maria Angélica de Almeida Trajber. São Paulo: Hucitec, 1983.